



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

A Polícia Judiciária (PJ) revelou, na véspera do Dia da Fraternidade Universal do ano de 2015, que um agente da Unidade Tática de Intervenção da Polícia (UTIP) enviou pela internet fotografias de outrem a posar nu, fingindo que eram fotos dele, a alunas menores, seduzindo-as para a troca de fotografias delas nuas e ameaçando-as de seguida para a prática de actos sexuais ou cedência de mais fotografias idênticas. A PJ apreendeu na residência do agente um computador com fotografias e vídeos de mais de 1700 raparigas nuas, maiores de 10 anos, e acredita-se que 161 delas sejam residentes de Macau e que pelo menos 9 tenham sido violadas ou sujeitas a abuso sexual, de entre as quais, a mais nova tem menos de 14 anos. Tendo em conta o avultado número de material apreendido, não se exclui assim a possibilidade da existência de mais vítimas.

Trata-se de mais um caso de violação da lei por um agente policial. É evidente que, “Em longa geração, há conde e ladrão”, por isso, numa corporação policial de grande envergadura, é difícil evitar a ocorrência de casos de violação da lei por pessoas que conhecem a legislação. Mas, em Macau, os casos de violação da lei por agentes policiais ocorrem com frequência. Por alto, facilmente se consegue apontar os seguintes casos:

Em Novembro de 2013, um agente policial, em conluio com um guarda da Universidade de Macau, angariou através do “WeChat” imigrantes ilegais, ajudando-os a ultrapassar os muros do Novo *Campus* da Universidade de Macau para aqui entrarem clandestinamente e assim obter ganhos ilegais.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Em Novembro de 2013, registou-se um caso de furto num dos casinos da zona do COTAL, em que um agente policial roubou da mesa de jogo um telemóvel de um jogador que estava a jogar.

Em Janeiro de 2014, numa operação “stop”, surgiu a suspeita de que um agente policial tinha permitido a entrada clandestina em Macau de uma imigrante, para assim obter 4 mil patacas.

Para além disto tudo, no dia-a-dia, pode constatar-se que muitos agentes policiais, incluindo os agentes de trânsito, prosseguem arbitrariamente a marcha, mesmo estando os semáforos com luz vermelha (é evidente que se percebia, se estivessem em serviço efectivo; e se estivessem mesmo em efectivo serviço de urgência, deveriam então activar o procedimento de missão prioritária, isto é, activar o sinal sonoro, caso contrário, as pessoas vão continuar a assistir de esquelha a essas cenas), não cedendo prioridade nas zebras, etc. Em Julho de 2013, um agente policial que não estava de serviço atropelou com a sua mota uma transeunte, numa zebra da Avenida do Ouvidor Arriaga, causando-lhe uma fractura na perna direita e uma hemorragia interna.

Pode constatar-se que esses actos ilegais ocorrem com muita frequência. Assim sendo, há toda a necessidade de encará-los.

Após a ocorrência dos casos acima referidos, o Governo afirmou muitas vezes que ia tratar seriamente o problema, acabando, por último, por penalizar e até despedir os referidos agentes policiais. Será que a aplicação de sanções aos agentes policiais é a forma com que o Governo pretende



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

justificar-se perante o público? E será que a adopção dessa medida consegue mesmo resolver todos os problemas?

Na minha opinião, é evidente que é necessário penalizar com rigor os agentes policiais que violam a lei, segundo a legislação. No entanto, os casos de prática de actos ilegais por agentes policiais não devem ser de modo algum interpretados como casos pontuais. Segundo a lógica, como são executores das leis, devem conhecer muito bem a legislação e estar melhor alertados para os actos ilegais. Mas o que está a acontecer é precisamente o contrário, isto é, há sempre alguém que viola a lei. Será que isto acontece por falta de conhecimentos sobre a importância do cumprimento da lei por parte dos agentes policiais? O Governo deve reforçar os trabalhos desse âmbito, nas suas acções de formação de ingresso dos agentes policiais ou nas acções de formação para os agentes policiais em efectividade na Polícia. Vai então fazer isso?

Face ao exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. A Polícia é um serviço público que executa a lei. Em comparação com um cidadão comum, os agentes policiais têm, em princípio, mais conhecimentos sobre legislação e uma maior noção da importância do seu cumprimento. No entanto, registam-se de forma contínua casos de violação da lei por parte de agentes policiais. Porquê?
2. Quando, eventualmente, um agente policial das Forças de Segurança pratica um acto ilegal, a Polícia adopta medidas rigorosas de tratamento. No entanto, de que mecanismos dispõe para apurar e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estudar as razões dos problemas?

3. Têm-se registado, constantemente, casos de violação da legislação pelos agentes policiais das Forças de Segurança, o que demonstra que uma parte significativa dos mesmos não tem conhecimentos suficientes sobre a importância do seu cumprimento. Assim sendo, devem ser reforçados os trabalhos nesse âmbito, nas acções de formação de ingresso dos agentes policiais ou nas acções de formação para os agentes policiais em efectividade na Polícia. Então, isso vai ser feito?

2 de Janeiro de 2015.

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Au Kam San